

Os trabalhadores na política: táticas e estratégias de luta político-partidária na Amazônia

MARLY SILVA

Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (Universidade Federal do Pará)

Professora da Universidade Federal do Pará

Belém, Brasil

movict@oi.com.br

Resumo

Objetiva-se analisar um caso particular de disputa político-partidária por mandatos no Executivo e Legislativo municipal numa conjuntura política de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) no município de Gurupá, interior do Pará. O estudo tem como objeto a participação efetiva de lideranças de origem camponesa na construção de um projeto político-partidário e propõe-se a discutir o significado sociológico desse fenômeno. Neste trabalho analisamos a eleição de 1992. A análise está fundamentada, principalmente, na teoria do campo político de Pierre Bourdieu. O material empírico foi produzido a partir de entrevistas semidiretivas e da pesquisa de campo no município de Gurupá, nos anos de 1992 e 1993, além de uma pesquisa documental em arquivos de Gurupá e Belém. Conclui-se por uma inegável renovação do campo político-partidário e um revigoramento das lutas locais no enfrentamento do conservadorismo político, sobretudo pela presença camponesa na direção desse processo. Não obstante o significado social dessa mudança política, ainda é largo o campo de incertezas que cerca esse fenômeno em termos de seu devir histórico.

Palavras-chave: campo político; disputa político-partidária; lideranças camponesas; Amazônia; crise do conservadorismo; renovação política.

“A história não tem “sentido”, o que não quer dizer que seja absurda e incoerente. Ao contrário, é inteligível e deve poder ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas.”

Michel Foucault (1926-1984)

Introdução

A PARTICIPAÇÃO DE LIDERANÇAS de origem camponesa oriundas de movimentos sociais, sindicatos e comunidades eclesiais de base nas disputas para cargos eletivos e majoritários nas eleições municipais vem modificando a configuração do campo político-partidário em pequenas cidades e municípios brasileiros. São raros os estudos sobre o campesinato a partir dessa ótica; mais frequentes têm sido as investigações sobre os movimentos sociais de resistência, contestação e reivindicação de direitos sociais e econômicos, tendo como eixo central a questão da terra, da pequena produção e da violência em situação de fronteira, especialmente quando se trata da região amazônica. Já os estudos que tomam como objeto o Partido dos Trabalhadores (PT) têm dirigido suas discussões para as chamadas « administrações petistas », com ênfase nos conflitos emergentes entre direção partidária e governo local, ou ainda sobre a questão da participação

popular na administração petista, a conversão do partido de movimento em partido governista ou a sua criação e evolução. Portanto, este artigo procura discutir a questão da participação de lideranças camponesas nas eleições municipais a partir de uma experiência local que vem sendo observada há muitos anos.¹

O campo de luta político-partidária, embora possa instituir-se a partir de um movimento de contestação e reivindicação por mudanças sociais, como o demonstra a própria história do PT, assume características muito peculiares se comparado a outros campos, como o da luta político-sindical, ainda que ambos tenham em comum o caráter institucionalizado. No campo da luta político-partidária, a institucionalização acentua-se mais fortemente na medida em que o PT e os demais partidos de esquerda no Brasil vêm se estruturando desde sua fundação em função da disputa pela conquista dos Poderes Legislativo e Executivo em diferentes níveis hierárquicos. Logo, a rede de relações e o alcance dos interesses políticos em jogo no âmbito da instituição partidária são muito mais difusos que os dos sindicatos. Demarcar essa diferença é importante na construção de nosso objeto de análise, haja vista que estamos diante de um processo político conduzido por lideranças camponesas cuja experiência política mais sólida é de natureza sindical.

Sabemos que, em princípio, todos podem ser eleitores de um partido e, no limite, até mesmo aqueles que não querem ver seus nomes ou a sua imagem associada a um determinado partido, já que o anonimato do eleitor é assegurado pelo caráter secreto do voto. Pelo mesmo raciocínio, podemos afirmar que todos os que se identificam com os princípios, as utopias e o programa de um partido numa dada eleição podem vir a integrar-se a ele na condição de militantes, filiados ou simpatizantes. É essa amplitude do universo de eleitores potenciais que vai determinar estratégias próprias ao jogo partidário-eleitoral, já que todos os concorrentes entre si, de direita, de esquerda ou do centro, vão disputar algo que tem uma materialidade muito concreta: o voto do eleitor.

Mas esse voto tem um significado muito diferente do voto disputado numa eleição político-sindical, na qual vigora uma clara identidade de classe dos eleitores entre si e dos candidatos com o eleitorado. Isto

significa dizer que um candidato a presidente de um sindicato de trabalhadores sabe com muito mais propriedade a quem está falando, o que deve ser dito e como deve ser dito para uma recepção bem-sucedida de seu discurso. No caso da disputa político-eleitoral para o cargo de prefeito de um município, essa identidade se dilui, tornando-se apenas parcial, ou seja, ela só será verdadeira para uma parcela dos eleitores. Para os demais, ela não existe; e exatamente porque não existe é que deve ser buscada, disputada, conquistada.

Portanto, numa eleição, o partido político sempre enfrenta o problema da divisão do eleitorado; quer dizer, existe a sua base social, aqueles que são tidos como a base autêntica, os filiados e militantes, e existem os outros eleitores potenciais, simpatizantes ou não, pulverizados num universo social que extrapola uma determinada categoria social, uma comunidade, uma associação de classe, ou seja, aqueles que escapam às relações sociais estabelecidas diretamente no cotidiano de uma campanha, de onde emanam as solitações, o entusiasmo, a aprovação ou, pelo contrário, a resistência imediatamente percebida, ambos termômetro importante para os ajustes estratégicos.

É em função desses sujeitos estranhos à ideologia e à influência direta do partido que o discurso partidário-eleitoral se universaliza. E essa universalização é sempre problemática para os partidos de esquerda que entram no jogo político-eleitoral, como é o caso do PT, alvo de crítica dos adversários por ter assumido nas primeiras campanhas para disputa de governos locais uma particularização em seu discurso, alegando-se contra o partido que a rigor, numa democracia, um governante não pode declarar que vai governar para uma *parte* da sociedade, para os *pobres*. Ora, sabemos do caráter demagógico desse tipo de crítica e dos *usos do povo* que fazem os discursos dos partidos, sobretudo os mais conservadores que prezam pela *universalização*, daí o apelo ao povo, justamente porque não querem ver as elites e as classes médias de fora da distribuição dos recursos públicos que eles têm interesse em controlar.

Nesse embate político-ideológico, a solução encontrada pelo PT foi demarcar o seu alvo particular dentro desse universal, convertendo-o em um princípio que os estrategistas chamam de *inversão de prioridades*.² Uma es-

¹ Trata-se de uma observação que teve início em setembro de 1989, quando participei, na sede do município de Gurupá (PA), do Seminário Os Trabalhadores Rurais de Gurupá em Busca de Alternativas, como expositora dos resultados de uma pesquisa que realizei para fins de dissertação de mestrado sobre o desenvolvimento e a crise da indústria madeireira na região das Ilhas, no estuário amazônico. Desde então, iniciamos um diálogo com as lideranças sindicais do município que resultaram em projetos de pesquisa e de extensão universitária. O relatório final do projeto sobre transformações políticas no município foi concluído em 2005. O texto que ora publicamos apresenta a primeira parte deste relatório.

² Essa tomada de posição no sentido de assumir politicamente uma inversão na distribuição dos recursos e investimentos das prefeituras petistas é o ponto no qual se percebe uma maior simetria entre a estratégia discursivo-eleitoral e a prática de gestão petista, na medida em que há um deslocamento social do centro da cidade e seus satélites (ocupados pelas classes alta e média) para as periferias, investindo-se de forma massiva seja em obras de recuperação e manutenção, seja na expansão da rede de serviços públicos. É claro que, em função das diretrizes nacionais de algumas políticas governamentais, a exemplo da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Histórico das Cidades Brasileiras, investimentos têm sido feitos com a participação de recursos das prefeituras petistas que beneficiam as elites, as classes médias, seus negócios e sua qualidade de vida. O que por si só invalida na prática o contradiscurso dos adversários. Essas intervenções pontuais e sobretudo metropolitanas acabaram constituindo peças importantes na estratégia discursivo-eleitoral nas eleições para assegurar votos no campo adversário.

tratégia sem dúvida inteligente mas cujos efeitos político-eleitorais estão a merecer estudos aprofundados.

Portanto, a universalização do eleitorado determina uma outra estratégia discursiva para as lideranças camponesas, acostumadas ao discurso classista do sindicato.

Essa universalização introduz na lógica partidário-eleitoral uma espécie de função matemática, na medida em que o que está em jogo numa campanha é o *voto da maioria*, universo no qual alojam-se os chamados *votos decisivos*, assim designados pelos estrategistas da campanha petista. Ora, em termos de estratégia eleitoral, não é possível definir o *voto da maioria* senão em razão da presença das candidaturas adversárias. No caso de elas não terem um *peso político* capaz de apontar possibilidades de ganhar o jogo, um partido de esquerda pode construir sua estratégia discursiva mais particularizada e sintonizada com suas bases sociais e se manter coerente com seus princípios, seus valores e programa sem correr o risco de expor-se a ambiguidades e desviar-se da ideologia que lhe confere o estatuto de um partido de esquerda, apresentando-se como tal para o eleitorado.

No caso do município de Gurupá, objeto deste artigo, qual é a composição social ou a base partidária do PT? São os camponeses, aqui entendidos os posseiros, os pescadores, os pequenos produtores extrativistas e os agricultores; além de uma pequena parcela de donos de pequenos negócios, professores, trabalhadores autônomos e assalariados, mas em sua grande maioria de origem camponesa. Ora, numa sociedade em que a diferenciação social é tão acentuada, as relações de força no campo político tendem a se polarizar em todo tipo de disputas, conflitos e enfrentamentos; nesse aspecto, a disputa partidário-eleitoral guarda uma particularidade, pois, embora sejam bem polarizadas as diferenças sociais, vem à tona uma outra diferença determinada pela polarização campo-cidade, que não pode ser reduzida simplesmente a uma diferença espacial em face das dimensões sociais, políticas e ideológicas que ela encerra.

Nosso estudo procura compreender as ambiguidades, contradições e dilemas que se manifestam entre as posições sociais e políticas dos atores sociais que entraram no jogo político-eleitoral, examinando uma realidade determinada à luz, principalmente, da teoria bourdieusiana do campo político.

Bourdieu (1998, p. 178), ao construir sua teoria do campo político, afirma que a disputa político-partidária se caracteriza por travar-se no âmbito de uma estrutura polarizada e diática, de tal modo que um dos polos só se define em função do outro. O outro que disputa com o seu adversário a conquista do lugar ocupado por um terceiro que pode ser seu aliado ou, pelo contrário, aliado de seu concorrente. Esse princípio relacional é tão intrínseco, tão orgânico aos partidos políticos bem como às suas tendências, “que seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”.

Até que ponto esse princípio pode ser verificado numa disputa que envolve, por um lado, lideranças camponesas do PT e, por outro lado, candidatos das tradicionais famílias de comerciantes vinculados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), levando-se em conta as táticas de aproximação do PT em direção ao polo oposto, numa tentativa de enfraquecê-lo?

Um dos dilemas que marcou os movimentos sociais e as lutas políticas no campo nas três últimas décadas foi a questão do alargamento das chamadas *bases de apoio* ou *arco de alianças*.³ Ela caracteriza-se por trazer ao abrigo dos movimentos sociais mais sólidos novos atores e mediadores políticos, novos militantes, intelectuais, sobretudo ecologistas, e a consequente ecologização das lutas, como a dos seringueiros, que teve nos *empates* e na criação das *reservas extrativistas* no Acre o seu caso mais exemplar.⁴ Como veremos neste artigo, esse movimento de aproximação de lideranças camponesas de setores da pequena burguesia não é um fenômeno restrito aos movimentos sociais, reproduzindo-se também na esfera da luta partidário-eleitoral.

3 Essa problemática é formulada e discutida por Almeida (1994) no artigo “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. Nesse texto, o autor formula a tese de que a Amazônia dos anos 80 do século passado viveu uma crise dos padrões tradicionais de relação política que transcende o localismo. As unidades de mobilização camponesas e indígenas, aglutinando interesses específicos de grupos sociais diferenciados, “não representam apenas simples respostas a problemas localizados. Suas práticas alteram padrões tradicionais de relação política com os centros de poder e com instâncias de intermediação, possibilitando a emergência de lideranças que prescindem dos que detêm o poder local” (p. 552-553). Ao mesmo tempo, essas lideranças costuram alianças com poderes externos (ambientalistas, intelectuais, ONGs) como estratégia para fazer frente aos aparelhos de Estado e ao poder local. Por outro lado, o autor compartilha com a tese de Wolf (1984, p. 333-361, apud Almeida, 1994, p. 528) de que a busca de alianças com poderes externos não significa novos atrelamentos, residindo exatamente aí, nessa autonomia tática, o sucesso de movimentos como o dos seringueiros (Wolf, 1984, p.361). Ao mesmo tempo, Almeida (p.529) aponta restrições para a generalização dessa tese na medida em que observa a ênfase reiterada no discurso de lideranças na ampliação das bases sociais do movimento reivindicatório, sinalizando para os riscos que um leque de alianças pode representar em termos de cooptação e manipulação dos líderes dos movimentos.

4 Christian Geffray (1992 e 1995) faz uma análise primorosa do significado político e ideológico desse fenômeno, tomando como referência particular o caso acreano.

Outro traço relevante da disputa partidário-eleitoral objeto de nossa análise é que ela vai se dar justamente num momento especial da ação sindical: a vigência da discussão de um projeto de desenvolvimento local considerado pelas lideranças sindicais como estratégico, no sentido de provocar ações econômicas e administrativas modificadoras das condições sociais de vida e trabalho nos povoados rurais do município. Nas eleições de 1992, esse projeto acabou tornando-se uma ideia-força, catalizadora da mobilização de seus principais destinatários: a população camponesa. Essa relação entre projetos e lutas sindicais e a vontade política de provocar mudanças de maior alcance social chamou nossa atenção para uma outra questão ainda pouco conhecida na Amazônia: as relações entre ação sindical e ação partidária, suas intercessões, seus diálogos, tensões, erros e acertos resultantes do trânsito das lideranças políticas nessa fronteira em movimento, se levarmos em conta o trânsito entre movimentos sociais, sindicato, partido, parlamento e Executivo, entre esferas institucionais e não institucionais. Enfim, neste artigo a análise centra-se em dois acontecimentos intrinsecamente relacionados do fenômeno partidário-eleitoral na disputa por mandatos no Executivo e no Legislativo municipal, tradicionalmente o *locus* privilegiado desse jogo político: as estratégias da candidatura petista e as estratégias discursivas da campanha nas eleições de 1992 que trazem à tona uma novidade: *a questão da cidade*. Que influência o eleitorado da cidade terá na definição da estratégia partidário-eleitoral, e quais são os significados político-ideológicos que se podem perscrutar nas tomadas de decisão do grupo político dirigente?

A reinvenção da política, por onde?

Nosso propósito, neste primeiro momento, é nomear e discutir os elementos constituintes de uma conjuntura política muito peculiar que revela o caráter essencialmente ambivalente da participação camponesa numa disputa político-eleitoral pelo cargo majoritário no Executivo local, ambivalência que tem na polarização campo-cidade seu principal determinante e que aponta para as dificuldades reais de enfrentamento e de resolução dessa questão no plano da luta política. Uma primeira constatação que nos ocorre, ao mapear os fatos do cotidiano da prática política, é que certas questões, que para um pesquisador parecem as mais prementes de serem formuladas em termos da lógica do entendimento da ação, para as lideranças, ao contrário, só assumem o estatuto de um

objeto-problema na última hora, ou no *apagar das luzes* – expressão simbolicamente bem apropriada como veremos mais adiante –, quando, por força do tempo premente – o tempo oficial de uma campanha, os dias que se contam de forma regressiva –, é preciso definir a melhor tática ou a tática mais apropriada para disputar aquilo que num diagnóstico da situação é definido pelos estrategistas da campanha como os *votos decisivos* para ganhar a disputa com o adversário. Ou seja, manifesta-se o caráter quase instantâneo da decisão, em contraponto ao que seria uma decisão pensada, discutida, analisada. Estaríamos diante de um simples voluntarismo, cuja profundidade dos efeitos as próprias lideranças não seriam capazes de prever? Nossa hipótese é de que, por trás desse tipo de conduta, alojam-se questões intrigantes, como o próprio entendimento que as lideranças camponesas constroem do lugar que a luta pela conquista de posições no parlamento e no poder Executivo tem no seu projeto de transformação social: um projeto em que *a relação campo-cidade não é problematizada* porque até há pouco tempo os desafios que esse tipo de fenômeno apresenta, bem como os problemas vividos pelos trabalhadores urbanos, não estavam no horizonte de lutas e, portanto, de projetos desse campesinato.

Admitida tal hipótese, torna-se mais claro o entendimento da dificuldade que essas lideranças terão para enfrentar o problema dos *votos da cidade* nas eleições de 1992. Por onde abordar essa questão? Qual a estratégia mais apropriada? O que esperam as diferentes categorias e grupos sociais de um governo petista? Ora, se essas dificuldades existem, não se pode deixar de enfrentá-las num momento em que se decide disputar as eleições e entrar no jogo das disputas político-partidárias. Portanto, *a questão da cidade* só veio a ganhar estatuto de objeto-problema, aliás muito nebuloso, em virtude da disputa eleitoral e, mais especificamente, da disputa por votos considerados decisivos; decisivos porque, na curta história de disputas eleitorais do partido, foi sempre na cidade que seus candidatos perderam para os adversários. É a emergência desse problema prático (que requer resolução imediata no contexto de uma disputa eleitoral) que novas questões são colocadas em pauta, como uma interrogação acerca do papel de mediação política dos intelectuais nos processos político-eleitorais assumidos por lideranças populares. Até que ponto o balanço dos acertos e erros deve ser computado também na conta desses atores externos que, em princípio, estariam mais preparados para olhar a cena política de uma perspectiva mais ampla, distanciada e apurada, mais aptos, portanto, a estabelecer as conexões analíticas que a trama política requer e identificar os seus campos cegos?

A formação política dos camponeses gurupaen-

ses não foge ao padrão vigente no Brasil de iniciação em comunidades eclesiais de base, seguida de militância na luta sindical, o que os levou à conquista da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá nas eleições de 1986. A partir daí, dá-se também um engajamento maior nas lutas mais amplas do movimento camponês pelos direitos de posse da terra e pela reforma agrária, nas discussões sobre as ideias inovadoras de criação de reservas extrativistas e uma participação ativa nas grandes manifestações públicas pelo direito ao crédito agrícola e pela formação de cooperativas de pequenos produtores, que ficaram conhecidas nacionalmente como « Grito da Terra Brasil ». Portanto, não há entre essas lideranças nem na sede do município uma tradição de *lutas urbanas*, de grupos organizados nesse sentido. Para as lideranças que sempre mantiveram uma espécie de *duplo domicílio*, ou mudaram-se para a cidade por conta de uma condição preexistente que é a localização da sede do sindicato, a cidade passa a ter uma função de mediação, de passagem entre o povoado e a metrópole, o povoado e o mundo exterior. Aliás, uma dupla função de *mediadora-receptora* para aqueles que se deslocam até ela para tratar de assuntos ligados a conflitos fundiários ou comerciais ou reclamar direitos: trabalhistas, direitos de aposentadoria, assistência médica, educação dos filhos, resoluções que quase sempre passam pela sede do sindicato, lugar onde vão fazer os registros, depositar os papéis, realizar as audiências, as reuniões coletivas e também os encaminhamentos das lutas de interesse de todos.

Nesse sentido, não há por parte das lideranças sindicais um envolvimento direto com os *problemas da cidade* e, mais especificamente, com os problemas dos *moradores da cidade*. Sua experiência política e, por conseguinte, sua reflexão crítica têm vínculos muito mais fortes com os movimentos sociais *de fora*, articulados a partir da própria luta pela terra e pela garantia de direitos dos trabalhadores rurais, lutas que têm como perspectiva a permanência e a melhoria das condições de vida no campo. Ainda que a ideia de campo no universo camponês envolva necessariamente a cidade-sede, o núcleo urbano, não são as carências e as precariedades desse núcleo sentidas pelos seus moradores, o foco de suas lutas e reivindicações. Quando as lideranças falam que têm um projeto de desenvolvimento para o município “de busca de alternativas”, eles estão falando com base em uma perspectiva camponesa: a de um projeto construído, trabalhado, discutido com as chamadas *comunidades rurais* situadas nos pequenos povoados dispostos ao longo da teia fluvial de rios e igarapés cortados pela terra firme, tomando como referência as reivindicações dessa população, o que implica

uma certa ideia de *pertencimento* à municipalidade, uma certa ideia de que, como sujeitos sociais, eles fazem parte da constituição histórica daquele território e sentem-se legitimamente no direito de discutir e propor ações públicas de caráter municipal e ser dirigentes desse processo. Abrir trilhas novas nos caminhos da história caminhando sobre as próprias pernas. É essa a compreensão que eles constroem da política: a política como o espaço da luta pelo reconhecimento ético de pertencimento e pela conquista de autonomia.

Os moradores da cidade, as diferentes categorias sociais de trabalhadores que, ao longo das duas últimas décadas, estabeleceram seus pequenos negócios e serviços, o comércio varejista, aqueles que vivem de biscates, os feirantes, estivadores, os assalariados públicos e privados certamente foram construindo outras expectativas de vida e outros laços políticos, distanciando-se das aspirações que emanam do mundo camponês. Portanto, construir um caminho de aproximações e compromissos junto a esse eleitorado é um desafio para algumas gerações de lideranças políticas, o que implica um tempo de maturação e de incertezas. É essa problemática que a eleição de 1992 vai trazer à tona, o que a transforma num processo profundamente ambivalente, arriscado, marcado por zonas claro-obscuras, lances contraditórios, sobretudo pelo acudamento que caracteriza o fenômeno das campanhas eleitorais, mas com resoluções também instigantes, como veremos.

A dialética da ambiguidade no traçado de uma estratégia eleitoral

Petit (1996), ao traçar a trajetória do Partido dos Trabalhadores no município de Gurupá, avalia a vitória do partido nas eleições de 1992 como resultado de um processo histórico caracterizado, por um lado, por um progressivo enfraquecimento das relações paternalistas e clientelísticas e, por outro lado, por um avanço da luta e da organização política dos camponeses, além de uma estratégia bem conduzida da campanha eleitoral do PT (Petit, 1996, p. 217-242). A abordagem histórica e a estratégia metodológica do estudo, com ênfase na periodização da evolução do partido no Pará, conduzem o autor numa direção que toca apenas *en passant* em duas questões que, na nossa perspectiva de análise, são fundamentais à compreensão mais profunda do significado sociopolítico e histórico daquela eleição: *a escolha e a indicação do candidato a prefeito e a indicação de um comerciante para vice*. Estas questões dizem respeito à composição de uma

candidatura que reúne um militante fundador do partido de origem camponesa e um comerciante sem nenhuma trajetória política e, por conseguinte, o apoio de uma fração da burguesia local à candidatura majoritária do PT, cujo epicentro são as lideranças camponesas.

Portanto, coloca-se em foco a questão dos interesses latentes dessa fração de classe e os interesses das outras categorias sociais no que elas podem significar na constituição de uma candidatura, já que não se trata de uma aliança partidária nos termos clássicos expostos pelos politicólogos e sim de uma estratégia que consiste em trazer para dentro do próprio partido aquele que, do ponto de vista sociológico, representa o polo antagônico de uma relação social. Isso significa dizer que, já no primeiro momento da luta partidário-eleitoral, o eleitorado camponês – base social dominante do partido – é colocado diante de um dilema, pois se trata nada mais nada menos do que aceitar como seu legítimo representante aquele que simbolicamente está na raiz do sofrimento social e das lutas camponesas nessa região: o *comerciante*, aquele personagem que, através do sistema de *aviamento*, funda as relações antagônicas que colocam o camponês na relação hierárquica de subordinação *freguês-patrão*, que constitui o substrato da dominação, do mando e da obediência. O *comerciante* representa, na consciência de uma parcela do campesinato que conhece a história das relações de dominação no interior da região, o personagem que realiza a exploração econômica mascarada pelos vínculos pessoais e afetivos de compadrio e patronagem; essas mesmas relações que vão se reproduzir, mediadas pelo clientelismo político. Talvez fragmentada e não tão clara, essa representação também está guardada de alguma forma na memória daqueles que vivem uma situação de impotência para mudá-la.

Nesse sentido, o *vice* não pode ser visto apenas

como “um pequeno comerciante gurupaense que residia em Belém” (Petit, 2002, p. 233), a quem cabe reservar apenas um *pé de página*, topologia que revela um certo viés mecanicista na narrativa historiográfica, uma vez que faz coincidir simétrica e mecanicamente a condição de *vice* a uma espécie de coisa menor, insignificante ou secundária. Paradoxalmente, o fato mais significativo é que se trata de um candidato a um *cargo de confiança* que mantém relações de parentesco com a família do candidato adversário: aquele que disputa, na mesma eleição, o mandato de prefeito pela coligação partidária das forças políticas que representam o conservadorismo : PMDB, PDS, PST. E quem é o candidato da coligação? Um descendente direto de uma família que já elegeu um prefeito no município, detentora de terras em parte ocupadas por *posseiros* que trabalham na extração de produtos extrativistas e no roçado, a exemplo de muitos outros imóveis rurais registrados em nome de algumas poucas famílias de *mandantes* – como dizem os militantes –, *ocupados* por muitas famílias de posseiros, referidas nos discursos político e científico como *clientelas*.⁵

O fato de o candidato a *vice* não ter comércio nem negócio local, nem terras registradas em seu nome no município, e ser um morador da cidade de Belém, longe, portanto, do cotidiano que expõe a posição social de cada um nas relações sociais, não elimina de sua biografia os vínculos familiares com políticos tradicionais que controlam o acesso à terra e a outros meios de produção e circulação. Isto significa que não estamos diante de um comerciante qualquer, mas de um comerciante que tem vínculos ideológicos com a cultura política conservadora que reproduz historicamente na região práticas atrasadas, discriminatórias, condutas e ações corruptas e corruptoras contra camponeses e trabalhadores de um modo geral. O desdobramento posterior dessa indicação, a crise que a

5 De acordo com o cadastro de imóveis com mais de 1.000 ha do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (1992), a família Lima, de Gurupá, tinha 7.072 hectares de terra registrados em seu nome até esta data. A referência à instituição e ao círculo familiar é de fundamental importância quando se analisam fenômenos de patronagem e clientelismo, bem como a ruptura com esses modelos, pois a instituição familiar é o núcleo central a partir do qual se constroem as redes de compadrio que estendem o poder do patriarca para além da família nuclear e dos agregados, dilatando sua influência através do chamado compadrio de batismo, como analisa Otazu (1992, apud Petit, 1996, p. 224-225). Os “grandes comerciantes” e os “mandantes” referidos na análise de Petit (p.217-234) têm a sua estrutura familiar e a sua conduta política moldados num padrão de valores que vem do patriciado rural tão bem analisado por Holanda em *Raízes do Brasil*. Como bem observou Wagley (1977), em Itá: uma comunidade amazônica, “entre os descendentes dos grandes proprietários de terra da região, na classe comercial, entre os líderes políticos e os burocratas mais altamente colocados, a grande família com centenas de parentes é uma instituição viva, basicamente necessária às suas relações sociais, comerciais e políticas. Para poder pertencer sem restrições a esse grupo social na Amazônia, é indispensável conhecer os sobrenomes e o parentesco dos seus membros. Essas grandes famílias controlam a vida social, econômica e política e já enredaram de tal maneira suas relações de parentesco, pelo casamento, que formam extensos grupos de família, tanto nos negócios como no governo” (p. 187). Kuznesof, em artigo sobre parentesco, clientelismo e estrutura social, afirma que, ao coligir dados dos poucos estudos sobre as relações familiares nas classes populares no século XIX, constatou que “é fácil perceber padrões de valores e parentesco similares àqueles que existiam para a elite no mesmo período” (1989, p. 57). Essa descoberta sugere que, apesar de Wagley ter afirmado não existir em Itá (Gurupá) famílias aristocráticas, isso não significa que as famílias de posses não procurassem reproduzir o modelo aristocrático. Acreditamos que os resultados das pesquisas sobre a extensão das redes de patronagem mediadas pelo sistema de compadrio na região das Ilhas apontam para a confirmação da reprodução desse padrão. O importante, no estudo de Wagley, é o fato de ele ter analisado esse tema de modo pioneiro, evidenciando desde já os interesses econômicos e políticos em torno da terra, do comércio e do poder local que emanam dessa instituição social: a família.

ela se segue na gestão petista e a derrota do partido nas eleições de 1996 são indicadores da complexidade que ela encerra; daí a necessária reinserção topológica do *vice* no corpo do texto científico, uma vez que é determinada pela construção sociológica da problemática. É essa problemática que permite delinear os perfis biográficos como estratégia metodológica, ponto de partida para um primeiro reconhecimento dos elementos constituintes do jogo partidário nas suas singularidades, além de completar o traçado do caminho que nos leva ao entendimento do objeto de investigação na sua profusão de sentidos conflitantes e nas ambiguidades que ele comporta no interior de um determinado jogo, o jogo partidário-eleitoral.

Uma outra informação não menos importante é a avaliação que o PT faz das derrotas nas eleições anteriores de 1984 e 1988, derrotas estas atribuídas ao *voto da cidade*, tido como um *voto conservador* por excelência, o que terá um peso decisivo para o partido na definição da estratégia política nas eleições de 1992, assim definida conjuntamente pelos dirigentes do Diretório Municipal e do Diretório Estadual do PT: «garantir o nosso campo e ampliar nossa influência no campo adversário; apresentar um projeto-plano de governo em que as lideranças identificadas com o projeto estabeleçam um processo amplo de participação, como instrumento de diálogo com a sociedade e com a militância» (Diretório Municipal do PT, *Eleições 92*, 1992, p. 3).

Em outras palavras, é o diagnóstico institucional das duas derrotas consecutivas que leva o partido a uma mudança de estratégia política, ao decidir não mais *concorrer sozinho*, mas dividir e enfraquecer o campo de poder do adversário, fragmentando-o, cindindo-o, dividindo-o por dentro. A tática mais apropriada será convidar o candidato a vice para filiar-se ao próprio partido. Uma tática muito arriscada, pois, como reconhecem algumas lideranças, “nós trouxemos o inimigo pra dentro da nossa casa”, o que nos revela o estranhamento e a inquietude que a decisão provocou pois, a rigor, não se traz um inimigo para dentro de casa!

Pode-se contrapor à justificativa da estratégia adotada um fato decisivo a ser considerado e que não aparece com a devida relevância na avaliação das derrotas, que é a fragilidade da ação político-partidária junto aos moradores e trabalhadores da cidade em torno de problemas e reivindicações de interesse comum. Há uma grande assimetria entre a atuação do PT no campo e sua atuação na cidade. As ações na cidade requerem sem dúvida um tempo maior de maturação que o tempo de uma campanha eleitoral e, sobretudo, a forte motivação das pessoas envolvidas na criação de “núcleos de base” – como prescreve o estatuto do partido –, pois estes de fato não vingam se não houver interesses compartilhados que possam se converter em interesses coletivos e se consolidar como tal.

Assim, os vínculos muito fortes das lideranças

partidárias com os ideais e os projetos camponeses criam uma dificuldade real em conceber e se envolver efetivamente com as questões urbanas com o mesmo entusiasmo com que se envolvem com as questões camponesas; afinal, como nos lembra Coelho (1987), em política não basta o discurso da utopia transformadora ou libertária, é preciso motivação para aderir a ela, e essa adesão envolve sentimentos afetivos de identidade e não apenas de classe, sentimentos de empatia que fazem com que a aproximação crie vínculos e floresça. Visto dessa ótica, é possível entender uma das razões para aquela assimetria, o que sugere que a derrota do partido na cidade somente será superada politicamente no curso de um processo em que os próprios trabalhadores urbanos consigam forjar as suas lideranças.

As novas condutas legislativas: rumo à renovação institucional?

Quando o partido concorreu pela primeira vez às eleições de 1984, com apenas quatro anos de criação, conseguiu eleger quatro dos nove vereadores. Na eleição seguinte, em 1988, elege mais um vereador, ficando com a maioria da bancada na Câmara Municipal. Mas esses vereadores foram eleitos pelos moradores dos inúmeros povoados onde concentra-se a base social do movimento camponês, a mesma base que vai assegurar-lhes a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais nas eleições de 1986 pelo Movimento de Oposição Sindical (cf. Gonçalves da Silva; Monteiro, 1994). Com efeito, já em 1984, os camponeses reconheciam a importância do partido político para o encaminhamento de suas lutas, renovando esse reconhecimento quatro anos depois, quando demonstram a sua hegemonia dentro do PT e a constituição de um grupo dirigente que instaura vínculos orgânicos entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o PT, sendo que as lideranças passam a se revezar entre um e outro cargo, uma e outra função de direção e representação política. Desse modo, vai se dando também a renovação interna dos dirigentes.

Portanto, está claro que o projeto de transformação social que vai aparecer no discurso da campanha de 1992 é um projeto construído com base em uma visão de mundo essencialmente camponesa; tanto é assim que a década de 1980 vai culminar com uma iniciativa que vem reafirmar aquela hegemonia: a realização de um seminário denominado Os Trabalhadores Rurais de Gurupá em Busca de Alternativas. Esse encontro, realizado na cidade e para o qual foram convidados os sindicatos de trabalhadores rurais e lideranças do movimento camponês de municípios vizinhos, deixa transparecer três preocupações do grupo hegemônico,

todas com foco na realidade camponesa: fortalecer o grupo internamente, discutindo com as bases diretrizes e propostas que pudessem servir de parâmetro para a elaboração de um plano de desenvolvimento social, econômico e cultural para o campesinato; denunciar o descaso do poder público e reivindicar do Estado a implementação de políticas públicas nas quais os camponeses sejam reconhecidos social e politicamente nos seus direitos, como destinatários dos serviços públicos e na sua capacidade de propor e implementar mudanças nos sistemas produtivos e de comercialização, e nas ações culturais visando à formação das novas gerações, e, por último, criar uma liderança política na região, fortalecendo os laços de solidariedade e diálogo com as lideranças dos municípios vizinhos.

É a partir desse posicionamento, que orienta um processo de afirmação política e ideológica, e das expectativas nele geradas, que se pode compreender o valor atribuído às eleições municipais e ao voto no PT, como se pode também explicar a assimetria política entre o campo e a cidade. É sintomático dessa situação o fato de que os vereadores petistas, além da elaboração da Lei Orgânica do Município, vão se ocupar basicamente com a realização de audiências públicas para discutir questões ambientais relacionadas ao controle da exploração predatória dos recursos naturais – como a pesca e os recursos florestais –, que atingem mais diretamente os camponeses mobilizados nos povoados e nas comunidades rurais em torno dessas questões. Atuando em bloco, eles também darão início a um trabalho de acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos orçamentários, dificultando a manipulação dos recursos públicos ou da máquina administrativa no sentido de favorecer a candidatura de um possível sucessor, o que na avaliação dos estrategistas da campanha teve um peso decisivo na derrota do grupo conservador nas eleições municipais de 1992. De fato, essa conduta teve resultados muito favoráveis à candidatura petista, na medida em que provocou uma espécie de *trancamento dos recursos públicos* ao restringir a liberdade de ação dos governantes em benefício de um provável sucessor do grupo; sob vigilância, a manipulação do aparato institucional não pôde se efetivar, ameaçando a continuidade do grupo no poder na medida em que provocou uma quebra do elo institucional mais forte no ciclo de reprodução e distribuição de favores políticos que historicamente assegurou a posição política dominante do grupo no Poder Legislativo e Executivo.

É preciso levar em conta, quando se fala de enfraquecimento de poder político, que, diferentemente do PT, que vem recompondo suas forças e suas lideranças em outras esferas políticas de organização e de luta, mantendo o grupo fortalecido, os partidos tradicionais como o PMDB vêm experimentando um processo inverso de enfraquecimento: internamente, devido ao

próprio avanço da organização política do PT – sobretudo no campo –, levando o PMDB a perder muito do seu poder de influência, notoriedade e prestígio. O trabalho sindical também contribuiu muito para essa perda de espaço do PMDB, seja mediando os conflitos de terra e a comercialização de produtos, seja através da criação das chamadas “cantinas comunitárias” e pequenas cooperativas, um dos principais projetos coletivos do sindicato, que foi decisivo para quebrar a força econômica dos grandes comerciantes que reproduzem o sistema de aviação. Por último, o trabalho da Pastoral Católica, que exerce uma influência forte em muitos povoados.

Este quadro representa a situação das áreas rurais de maior concentração populacional no município. Externamente, a falta de prestígio do grupo local junto às instâncias superiores do partido – como os diretórios e executivas estaduais e regionais – e a falta de apoio do governador do estado do Pará (na época, Jader Barbalho, do PMDB), que estrategicamente investem em municípios com maior potencial eleitoral, deixando de fora aqueles cujo colégio eleitoral é pouco representativo e onde as relações de forças no jogo político não lhes parecem favoráveis. Um fato significativo certamente teve peso na falta de apoio ao PMDB local: foi a vitória de Lula no município na eleição presidencial de 1989. Com efeito, sem liberdade para manipular arbitrariamente os recursos públicos e orçamentários para fins eleitorais, e sem apoio externo, além do assédio cada vez mais crescente do eleitorado pela militância do PT, o grupo tradicional encontra-se em posição desfavorável na correlação de forças que configura o jogo partidário-eleitoral. E o papel do Legislativo é de fato decisivo nesse processo, pois o partido situacionista terá de contar apenas com o apoio de seus aliados locais mais fiéis, aqueles que têm interesses diretos em *servir servindo-se*.

Acreditamos que, nesse caso, a lógica não é muito diferente daquela que orienta a conduta dos vendedores profissionais dos serviços políticos, que, para Bourdieu (1998, p. 177), “servem os interesses dos seus clientes na medida em que (e só nessa medida) se servem também ao servi-los, quer dizer, de modo tanto mais exato quanto mais exata é a coincidência da sua posição na estrutura do campo político com a posição dos seus mandantes na estrutura do campo social”. E quem são esses servidores no caso aqui analisado? São os comerciantes mais fortes e estabelecidos sobretudo na cidade com seus negócios, seus empreendimentos na produção e no comércio, no transporte marítimo e nos serviços em geral. E são os comerciantes e empresários que têm no círculo familiar gente interessada na carreira política, acreditando que, por meio de laços de parentesco, podem favorecer-se mais adiante, valendo a pena investir no jogo político. É por isso que a indicação de um *vice-prefeito* comerciante é mais inquietante do que à primeira vista possa parecer, pelos

seus vínculos familiares com o patronato rural que, como Holanda (1973) revelou em *Raízes do Brasil*, faz um jogo de cena para deixar tudo como está, ou seja, *mudar* preservando e garantindo o seu bem-estar.

Essa situação, que fragiliza e corrói o grupo dominante e potencializa o grupo em ascensão, expressa a crise que atinge as relações paternalistas, alterando o campo de relações de forças na direção de um maior equilíbrio. Aponta o curso que segue o processo de mudança na conduta dos profissionais da política, com efeitos cada vez mais visíveis sobre o clientelismo, provocando também o aparecimento de um novo sujeito político: o *patrão simpático ao movimento*, o *bom patrão*, em uma conjuntura em que a cultura paternalista mais enraizada impõe barreiras difíceis de serem ultrapassadas pela militância sindical, mas em contrapartida favorece uma certa liberalidade partidária como tática para tirar proveito político do jogo eleitoral a médio e longo prazos. Isso acontece em situações nas quais o patrão mantém o controle da terra ocupada por posseiros, da comercialização de produtos e mercadorias através da intermediação e do aviamento, mas – em função das dificuldades crescentes de reproduzir essas relações já desfeitas em seus arredores e em áreas consideradas referências da patronagem local – recorre à tática de recepção e adesão ao PT, para poder barganhar com os votos que “a sua comunidade” depositou no partido, ou seja, é o próprio voto do posseiro que é apropriado como capital político pelo patrão; o voto se converte em capital simbólico, pois o “poder simbólico se define numa relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos no interior da própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença” (Bourdieu, 1998, p. 114). No caso de o partido ser derrotado – como aconteceu nas duas eleições anteriores em que o PT perdeu para o PMDB –, o *bom patrão* dispõe, em tese, de uma salvaguarda política, ainda que não haja nenhum tipo de acordo explícito, nenhuma promessa de campanha, que consiste em não ser molestado ou pressionado por ações movidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais por mais quatro anos! Ou seja, através do jogo político-eleitoral, os mais hábeis e engenhosos procuram manipular os laços de dependência pessoal que mantêm com as freguesias a seu favor, cabendo-lhes apropriadamente a designação de *estrategistas do status quo*.⁶

É emblemática dessa postura a perplexidade de um militante sindicalista, ao constatar com perspicácia as tramas de um mundo que o desafia, expressa nestas

palavras: “É uma coisa meio incrível, as comunidades até são bem organizadas, votam no partido mas acreditam demais no patrão, é uma coisa que a gente não consegue quebrar... é isso que é uma coisa incrível que a gente ainda não conseguiu fazer eles reconhecer o verdadeiro inimigo deles.”

Uma outra novidade que vem à tona nessa análise é a nítida diferença entre sindicato e partido na relação que se estabelece entre os polos antagônicos. O jogo partidário-eleitoral abre um flanco maior para as práticas de negociação próprias da lógica e da cultura política partidária, dando margem para que o imaginário da manipulação floresça, algo difícil de se efetivar e alimentar no campo sindical, que guarda maior autonomia, tem alvos mais diretos de ação e é mais impermeável ao alargamento das bases sociais pela sua própria estrutura corporativa. Um comerciante ou proprietário de terra não pode se filiar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas pode se filiar ao Partido dos Trabalhadores. Além disso, a maior autonomia de ação político-sindical dos camponeses vem de uma tradição herdada das lutas camponesas organizadas na forma de *associações de lavradores*, que conseguem preservar uma autonomia em relação aos governos municipal e estadual patrimonialistas, driblando suas manobras políticas e recorrendo a mediações políticas externas a essas esferas de poder.⁷

Por último, com a ação parlamentar de controle rigoroso na aplicação dos recursos públicos e um redirecionamento das funções desse poder, o PT torna a candidatura a um cargo de vereança desinteressante para os profissionais da política com propósitos meramente personalistas. Portanto, podemos concluir que, se o poder é essencialmente um jogo de relações de forças, o que levou à derrota dos políticos tradicionais na eleição de 1992 não foi essa ou aquela causa em particular, mas sim um conjunto de mudanças que vão se processando historicamente, fortalecendo certas tomadas de posição política, possibilitando avançar em campos estratégicos da luta institucional como no Poder Legislativo, que, ao assumir uma postura corajosa, intimida e desencoraja o adversário. As práticas de vereança introduzidas pelo PT produzem uma nova imagem da política e da representação parlamentar no campo e nas pequenas cidades, uma imagem positiva associada à inovação, conferindo-lhe notoriedade, ao mesmo tempo em que aponta para a inépcia e a paralisia do modelo anterior, de caráter essencialmente clientelista. Em outras palavras, o trabalho dos vereadores petistas sinalizava com muita clareza na direção

⁶ Estratégias desse tipo adotadas pelos patrões junto ao campesinato são objeto de um estudo sobre patronagem denominado “Extractivisme et patronage en Amazonie: continuité et ruptures dans les relations de pouvoir local”, no qual estabelecemos um breve diálogo com Faroux, que estudou caso similar entre os Mpanarivo da Ilha de Madagascar (cf. Faroux, 1996, apud Gonçalves da Silva, 1997).

⁷ Almeida (1981) foi um dos primeiros antropólogos a estudar essa questão, analisada no artigo “Autonomia e mobilização dos camponeses no Maranhão”. São Luís, Comissão Pastoral da Terra-CPT. Essa abordagem da questão camponesa foi por mim confrontada com a abordagem de outros autores no texto “Ensaio interpretativo sobre a organização dos trabalhadores no campo, 1950-1960”. Belém, UFPA, 1981.

de uma renovação na concepção dos princípios e da função legislativa ao assumir condutas de caráter mais impessoal, ao priorizar o atendimento de demandas sociais de interesse coletivo e propor pautas de discussão para os trabalhos legislativos, fortalecendo desse modo essa esfera de poder. Esse processo de racionalização e moralização da política que configura um quadro de transição de um modelo a outro vai também delineando para o Poder Executivo um novo perfil de direção e gestão, de processos decisórios descentralizados, que corresponda ao padrão do Legislativo, em um esforço para construir um percurso orientado por uma ética da responsabilidade na esfera do poder público. Esse novo modelo em construção aponta também para uma relativa autonomia do Legislativo, configurando dessa forma

um quadro de renovação institucional nessa esfera de poder, na qual internamente se combatem as forças que desejam preservar o clientelismo e uma excessiva centralização do poder no Executivo.⁸ Portanto, se é verdadeira a tese de *enfraquecimento das relações clientelísticas*, é preciso que se reconheça que, no caso específico aqui analisado, o entendimento de tal fenômeno passa necessariamente por uma análise da luta do PT na esfera parlamentar que envolve a adoção de novos princípios e parâmetros de ação legislativa e a construção de uma nova concepção da relação dessa esfera de poder com o Executivo e a sociedade.

8 Para uma análise primorosa do modelo clientelístico de atuação legislativa no Brasil e na esfera municipal, consulte Somarriba e Afonso (1987), "Poder Legislativo municipal e movimentos populares: clientelismo em Belo Horizonte". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice, p. 291-319.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo W. B. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- _____. *Autonomia e mobilização dos camponeses no Maranhão*. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.
- COELHO, Claudio Novaes P. *Os movimentos libertários em questão: a política e a cultura nas memórias de Fernando Gabeira*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PT. *Eleições 92*. Belém, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FAUROUX, Emmanuel. *Elevage, clientélisme et pouvoir local dans l'ouest Malgache à la fin du XXème siècle*. Paris: Séminaire Ehes-Orstom, 1995.
- GEFFRAY, Christian. *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne: essai sur l'exploitation paternaliste*. Paris: Karthala, 1995.
- _____. La dette imaginaire des collecteurs de caotchouc. *Cahiers des Sciences Humaines*, v. 28, n. 4, 1992.
- GONÇALVES DA SILVA, Marly. *Extrativismo empresarial e política florestal: uma análise comparativa da indústria madeireira e palmeira na região das Ilhas no Pará*. In: XVI ANPIPSA. Belo Horizonte, 1992.
- _____. *Extractivisme et patronage en Amazonie: continuité et ruptures dans les relations de pouvoir local*. Amiens: Université de Picardie Jules Verne (DEA), 1997.
- _____. *Ensaio interpretativo sobre a organização dos trabalhadores no campo: 1950-1960*. Belém: UFPA, 1981.
- _____. ; MONTEIRO, Raimunda. Reflexões acerca das relações perigosas entre sindicato e partido numa região de colonização antiga na Amazônia. In: VII ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE-NORDESTE, João Pessoa, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980). *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, p. 37-63, set.88/fev.89.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Cadastro de Imóveis Rurais*. Brasília, 1992.
- OS TRABALHADORES RURAIS EM BUSCA DE ALTERNATIVAS. Gurupá, 1989.
- OTAZU, Miguel J. A. *O poder dialógico: etnografias sobre relações de trabalho na Amazônia*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas.
- PETIT, Pere. *A esperança equilibrista: a trajetória do PT no Pará*. São Paulo/Belém: Boitempo/ UFPA/Naea, 1996.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Manifesto, programa e estatuto, a nossa vez, a nossa voz*. São Paulo: Comissão Diretora Nacional Provisória do PT, agosto, 1980.
- SOMARRIBA, Maria das Mercês; AFONSO, M. R. Poder Legislativo municipal e movimentos populares: participação e clientelismo em Belo Horizonte. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice/Anpocs, p. 291-319, 1987.
- WAGLEY, Charles. *Itá, uma comunidade amazônica: estudo dos homens nos trópicos*. 2 ed. São Paulo/Brasília: Nacional/INL, 1977.

Workers in politics: tactics and strategies in the competition among political parties in Brazilian Amazon

Abstract

One aims at analyzing the particular case of a political dispute for office in the municipal executive and legislative branches within a context of expansion of the Workers' Party – PT, in the city of Gurupa in the countryside of the state of Para. This study focuses the effective participation of peasant leaderships in the construction of a political project and it proposes the discussion of the sociological meaning of this phenomenon. In this work, we analyze the 1992 elections. The analysis is especially based in Pierre Bourdieu's theory of the political field. The empirical material was produced from semi-directive interviews and field research in the city of Gurupa in the years of 1992 and 1993, as well as research in the archives of Gurupa and Belem. The study concludes that there is an unquestionable renovation in the field of political parties and some strengthening of the local struggles against conservative politics, especially due to peasants' presence leading the process. Despite the social meaning of this political change, the range of uncertainties concerning this phenomenon and its historical development is still wide.

Key words: political field; party competition; peasant leadership; Amazon; conservatives crisis; political renovation.

Los trabajadores en la política: tácticas y estrategias de lucha política partidaria en la Amazonía

Resumen

Se objetiva analizar un caso particular de disputa político-partidaria por mandatos en el Ejecutivo y Legislativo Municipal en una coyuntura política de ascensión del Partido dos Trabalhadores – PT, en el municipio de Gurupa, interior de Pará. El estudio tiene como objeto la participación efectiva de dirigentes de origen campesina en la construcción de un proyecto político-partidario y se propone a discutir el significado sociológico de este fenómeno. En este trabajo analizamos la elección de 1992. El análisis está fundamentado, principalmente, en la teoría del campo político, de Pierre Bourdieu. El material empírico fue producido a partir de entrevistas semi-directivas y pesquisa de campo en el municipio de Gurupa, en los años de 1992 y 1993, además de pesquisa documental en los archivos de Gurupa y Belém. Se concluye por una innegable renovación del campo político-partidario y un fortalecimiento de las luchas locales en el enfrentamiento del conservadorismo político, sobre todo por la presencia campesina en la dirección de este proceso. No obstante el significado social de este cambio político, aún es largo el campo de incertidumbre que cerca este fenómeno en términos de su devenir histórico.

Palabras clave: campo político; disputa político-partidaria; dirigentes campesinos; Amazonía; crisis del conservadorismo; renovación política.

Data de recebimento do artigo: 11-02-2009

Data de aprovação do artigo: 14-05-2009

